

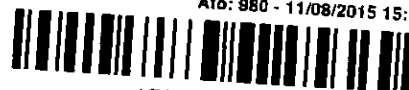


Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração

JUCEMG

SEDE - BELO HORIZONTE

Ato: 980 - 11/08/2015 15:17



15/540.679-5

NIRE(da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

Código da Natureza Jurídica

Nº de Matrícula do Auxiliar do Comércio

31300036375

2038

1 - REQUERIMENTO

ILMº SR. PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

NOME: **COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG**

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V. Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	OTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	980			ESCRITURA DE EMISSÃO DE DEBENTURES

BELO HORIZONTE

Local

10 DE AGOSTO DE 2015

Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: **DR. PEDRO E. SCAPOLATEMPORE**

Assinatura:

Pedro E. Scapolatempore
Procurador Jurídico

Telefone de Contato: **(31)3250.1661**

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☒ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) Igual (ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em Ordem
À decisão

12/8/15
Data

☐ NÃO

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

DECISÃO SINGULAR

Processo em exigência.

(Vide despacho em folha)

Processo deferido. Publique

Processo indeferido. Publique



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CERTIFICO O REGISTRO SOB O NRO: ED.000.219-4/000

EM 12/08/2015

#COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG#

PROTOCOLO: 15/540.679-5

Marinely de Paula Bomfim
SECRETÁRIA-GERAL

JUCEMG

ncia

Aloysio de Almeida Figueiredo
Analista de Registro Empresarial
MSPM 112507-1
5ª Exigência

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

Processo em exigência.

(Vide despacho em folha anexa)

☒ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

Processo indeferido. Publique-se.

12/8/15
Data

Alexandre Botelho de Mendonça
Vogal

Presidente da 3ª Turma

Marinely de Paula Bomfim
Vogal

Paula Bomfim
Vogal

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5562874 em 12/08/2015 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, Nire 31300036375 e protocolo 155406795 - 11/08/2015. Autenticação: 9EE4DFE2D0DD9696E92229FF632BD26868EF732. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/540.679-5 e o código de segurança hwr1 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/08/2015 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Marinely de Paula Bomfim
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 1/56

8

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 9ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM ATÉ DUAS SÉRIES, PARA
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA COMPANHIA DE
SANEAMENTO DE MINAS GERAIS – COPASA MG

entre

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS – COPASA MG
Emissora

E

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
Agente Fiduciário

04 de agosto de 2015



8



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5562874 em 12/08/2015 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, Nire 31300036375 e protocolo 155406795 - 11/08/2015. Autenticação: 9EE4DFE2D0DD9696E92229FF632BD26868EF732. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/540.679-5 e o código de segurança hwr1 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/08/2015 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 2/56

✂

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 9ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM ATÉ DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS – COPASA MG

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS – COPASA MG, sociedade de economia mista por ações, com registro de companhia aberta na CVM na categoria A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.281.106/0001-03, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Mar de Espanha, nº 525, Santo Antônio, CEP 30330-270, neste ato representada na forma de seu estatuto social;

e,

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4200, Bloco 8, Ala B, Salas 303 e 304, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada nos termos de seu estatuto social, representando a comunhão dos debenturistas da presente emissão, nos termos da Lei nº 6.404/76,

vêm, por meio desta e na melhor forma de direito, firmar o presente Instrumento Particular de Escritura da 9ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG, mediante as seguintes cláusulas e condições:

2

✂

15.1886



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5562874 em 12/08/2015 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, Nire 31300036375 e protocolo 155406795 - 11/08/2015. Autenticação: 9EE4DFE2D0DD9696E92229FF632BD26868EF732. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/540.679-5 e o código de segurança hwr1 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/08/2015 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 3/56

✓

Este glossário é parte integrante do "Instrumento Particular de Escritura da 9ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG".

GLOSSÁRIO

AGD	Assembleia Geral de Debenturistas.
AGD da 1ª Série	Assembleia Geral dos Debenturistas da 1ª série.
AGD da 2ª Série	Assembleia Geral dos Debenturistas da 2ª série.
AGE	Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 1º de julho de 2015, que aprovou, dentre outros assuntos, a Emissão.
Agência Classificadora de Risco	Moody's América Latina Ltda., sociedade limitada com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 12.551, 16º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.101.919/0001-05.
Agente Fiduciário	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4200, Bloco 8, Ala B, Salas 303 e 304, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.343.682/0001-38.
ANBIMA	ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
Atualização Monetária das Debêntures da 2ª Série	Conforme definida na Cláusula 5.10.2.1 desta Escritura.
Banco Liquidante	Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no Núcleo Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.746.948/0001-12.
CETIP	CETIP S.A. – Mercados Organizados.
CETIP21	CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela CETIP.
CNPJ/MF	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda.

RCF
51886

3

✗



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5562874 em 12/08/2015 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, Nire 31300036375 e protocolo 155406795 - 11/08/2015. Autenticação: 9EE4DFE2D0DD9696E92229FF632BD26868EF732. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/540.679-5 e o código de segurança hwr1 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/08/2015 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 4/56

6

Código Civil	Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada.
Coordenador Líder e Coordenadores	Instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, a serem contratadas pela Emissora para coordenar a oferta pública das Debêntures, com esforços restritos de distribuição, sendo a instituição intermediária líder denominada Coordenador Líder.
Contrato de Colocação	"Instrumento Particular de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até Duas Séries, da Espécie Quirografária, com Esforços Restritos de Distribuição, sob Regime de Garantia Firme de Subscrição, da 9ª Emissão da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG", celebrado entre Emissora e os Coordenadores.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Emissão	15 de agosto de 2015.
Data de Integralização	Significa a data da primeira integralização das Debêntures.
Data de Vencimento da 1ª Série	15 de agosto de 2020, ressalvados os eventos de resgate e vencimento antecipado previstos nas Cláusulas VI e VII desta Escritura.
Data de Vencimento da 2ª Série	15 de agosto de 2021, ressalvados os eventos de resgate e vencimento antecipado previstos nas Cláusulas VI e VII desta Escritura.
Debêntures	As 35.000 (trinta e cinco mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, da 9ª emissão da Emissora, consideradas em conjunto.
Debêntures da 1ª Série	As Debêntures integrantes da 1ª série, cujo volume será definido após o Procedimento de <i>Bookbuilding</i> .
Debêntures da 2ª Série	As Debêntures integrantes da 1ª série, cujo volume será definido após o Procedimento de <i>Bookbuilding</i> .
Debêntures em Circulação	Para efeito da constituição de todos os quóruns de instalação e/ou deliberação em AGD, são consideradas debêntures em circulação todas as Debêntures subscritas e integralizadas da presente Emissão, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas),

15.12.86

4

✱



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5562874 em 12/08/2015 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, Nire 31300036375 e protocolo 155406795 - 11/08/2015. Autenticação: 9EE4DFE2D0DD9696E92229FF632BD26868EF732. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/540.679-5 e o código de segurança hwr1 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/08/2015 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL

pág. 5/56

4

controladoras (ou grupo de controle) sociedades sob controle comum ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

Debêntures da 1ª Série em Circulação Para efeito de constituição de quórum, todas as Debêntures da 1ª Série subscritas e integralizadas da presente Emissão, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle) sociedades sob controle comum ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

Debêntures da 2ª Série em Circulação Para efeito de constituição de quórum, todas as Debêntures da 2ª Série subscritas e integralizadas da presente Emissão, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle) sociedades sob controle comum ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

Debenturistas Em conjunto, os titulares das Debêntures da 1ª série e os titulares das Debêntures da 2ª série.

Debenturistas da 1ª série Os titulares das Debêntures da 1ª série.

Debenturistas da 2ª série Os titulares das Debêntures da 2ª série.

Dia Útil Qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

Dívida Líquida Corresponde ao total da dívida (empréstimos, financiamentos e debêntures) de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado da Emissora, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

DOEMG Diário Oficial do Estado de Minas Gerais.

EBITDA Representa a geração de caixa obtida pela Emissora decorrente da receita líquida de vendas e/ou serviços, deduzidos os custos dos serviços prestados, as despesas

1008
15.18.86

5

15



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5562874 em 12/08/2015 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, Nire 31300036375 e protocolo 155406795 - 11/08/2015. Autenticação: 9EE4DFE2D0DD9696E92229FF632BD26868EF732. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/540.679-5 e o código de segurança hwr1 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/08/2015 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 6/56

16

comerciais, as despesas administrativas, e outras despesas operacionais, somado a reversão de depreciações e amortizações e desconsiderando-se as receitas e despesas de construção, que passaram a ser contabilizadas a partir da adoção dos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamento Contábil emitidos até 31/12/2009 em convergência para o *International Financial Reporting Standards*, bem como todas as demais receitas/despesas que não possuem efeito caixa.

Emissão

9ª (nona) emissão de debêntures da Emissora.

Emissora ou Companhia

Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG, sociedade de economia mista por ações, com registro de companhia aberta na CVM, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.281.106/0001-03, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Mar de Espanha, nº 525, Santo Antônio, CEP 30330-270.

Encargos Moratórios

Encargos moratórios previstos na Cláusula 5.6.3 desta Escritura.

Escritura

O presente Instrumento Particular de Escritura da 9ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG.

Escriturador

Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no Núcleo Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.746.948/0001-12.

Impacto Substancial e Adverso

Significa: (i) qualquer efeito prejudicial e relevante na situação (financeira ou de outra natureza), negócio, bens, resultados operacionais e/ou perspectivas da Emissora; (ii) qualquer efeito adverso nos poderes ou capacidade jurídica e/ou econômico-financeira da Emissora de cumprir com suas obrigações decorrentes desta Escritura; (iii) qualquer efeito adverso que afete ou que possa afetar a constituição, validade e/ou exequibilidade desta Escritura, ou, de qualquer outra forma, afete o cumprimento das obrigações neles assumidas; ou (iv) qualquer evento ou condição que, após o decurso de prazo ou envio de notificação, ou ambos, resulte em um evento de inadimplemento.

6

15/1886

16



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5562874 em 12/08/2015 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, Nire 31300036375 e protocolo 155406795 - 11/08/2015. Autenticação: 9EE4DFE2D0DD9696E92229FF632BD26868EF732. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/540.679-5 e o código de segurança hwr1 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/08/2015 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL

pág. 7/56

4

Índices Financeiros	Aqueles previstos na Cláusula 7.1, item (xi).
Instrução CVM nº 28/83	Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada.
Instrução CVM nº 358/02	Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada.
Instrução CVM nº 409/04	Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada.
Instrução CVM nº 476/09	Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada.
Instrução CVM nº 480/09	Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada.
Instrução CVM nº 539/13	Instrução CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada.
Instrução CVM nº 481/09	Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada.
Investidores	Significa aqueles investidores que tenham subscrito as Debêntures, até: (a) 30 de setembro de 2015 (inclusive), Investidores Qualificados; e (b) a partir de 1º de outubro de 2015 (inclusive), Investidores Profissionais.
Investidores Qualificados	São aqueles investidores que tenham subscrito as Debêntures: (a) até 30 de setembro de 2015 (inclusive): definidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409/04, observado, para efeito do disposto na Instrução CVM nº 476/09 e na presente Escritura, que: (i) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, mesmo que se destinem a investidores não-qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do art. 109 da Instrução CVM nº 409/04 deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta, valores mobiliários no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais); e (b) a partir de 1º de outubro de 2015 (inclusive), definidos no artigo 9º-B da Instrução CVM nº 539/13: (i) investidores profissionais; (ii) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio, de acordo com o Anexo 9-B; (iii) as pessoas naturais que tenham sido aprovadas em exames de

7
51886

7



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5562874 em 12/08/2015 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, Nire 31300036375 e protocolo 155406795 - 11/08/2015. Autenticação: 9EE4DFE2D0DD9696E92229FF632BD26868EF732. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/540.679-5 e o código de segurança hwr1 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/08/2015 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

✓

qualificação técnica ou possuam certificações aprovadas pela CVM como requisitos para o registro de agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários, em relação a seus recursos próprios; e clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por um ou mais cotistas, que sejam investidores qualificados.

Investidores Profissionais

São aqueles definidos no artigo 9º-A da Instrução CVM nº 539/13: (i) instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor profissional mediante termo próprio, de acordo com o Anexo 9-A; (v) fundos de investimento; (vi) clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por administrador de carteira de valores mobiliários autorizado pela CVM; (vii) agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (viii) investidores não residentes.

IPCA

Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

JUCEMG

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais.

Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série

Conforme definido na Cláusula 5.10.2.2 desta Escritura.

Lei Anticorrupção

Lei nº 12.846, de 01 de agosto de 2013.

Lei nº 6.385/76

Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

Lei nº 6.404/76

Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.

MDA

MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP.

NTN-B

Notas do Tesouro Nacional do Brasil Série B, com vencimento em 15 de agosto de 2022.

MP

15.1886

8

✍



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5562874 em 12/08/2015 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, Nire 31300036375 e protocolo 155406795 - 11/08/2015. Autenticação: 9EE4DFE2D0DD9696E92229FF632BD26868EF732. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/540.679-5 e o código de segurança hwr1 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/08/2015 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 9/56

✓

Notas Promissórias	Notas promissórias comerciais da 2ª emissão da Emissora, no valor nominal de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), totalizando R\$140.000.000,00 (cento e quarenta milhões de reais).
Oferta	A oferta pública de distribuição das Debêntures com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476/09.
Oferta de Resgate Antecipado Representantes	Conforme definida na Cláusula 6.1.2 desta Escritura. Diretores, membros do conselho de administração, assessores ou prestadores de serviço agindo em seus respectivos benefícios.
Partes	São partes desta Escritura a Emissora e o Agente Fiduciário.
Período de Capitalização	Intervalo de tempo que se inicia na Data de Integralização, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista para o pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização e termina na data prevista do efetivo pagamento da Remuneração. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento ou vencimento antecipado das Debêntures, conforme o caso.
Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	Procedimento de coleta de intenções de investimentos a ser conduzido pelos Coordenadores da Oferta.
Prêmio	Conforme definido na Cláusula 6.1 desta Escritura.
Remuneração	Remuneração das Debêntures da 1ª Série ou Remuneração das Debêntures da 2ª Série, conforme o caso.
Remuneração das Debêntures da 1ª Série	Conforme previsto na Cláusula 5.9.3 desta Escritura.
Remuneração das Debêntures da 2ª Série	Conforme previsto na Cláusula 5.10.2 desta Escritura.
Resgate Facultativo Total	Conforme definido na Cláusula 6.1 desta Escritura.
RCA	Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 28 de julho de 2015, que deliberou os termos e condições da Emissão.
Serviço da Dívida	É o somatório dos pagamentos das amortizações das dívidas

15.1886

9

✓



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5562874 em 12/08/2015 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, Nire 31300036375 e protocolo 155406795 - 11/08/2015. Autenticação: 9EE4DFE2D0DD9696E92229FF632BD26868EF732. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/540.679-5 e o código de segurança hwr1 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/08/2015 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL

pág. 10/56

10

provenientes de contratos de financiamentos, de empréstimos e debêntures, acrescidos dos respectivos pagamentos das despesas financeiras, desconsiderando o serviço da dívida não recorrente e/ou não acobertado pela geração de caixa da Emissora.

Taxa DI

Taxa média diária dos depósitos interfinanceiros de 1 (um) dia, DI de um dia, *over extra grupo*, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>).

Taxa SELIC

Taxa de juros fixada pelo Comitê de Política Monetária (COPOM) do Banco Central do Brasil que remunera os investidores no negócio de compra e venda de títulos públicos.

Valor Nominal ou Valor Nominal Unitário

O valor nominal unitário de cada Debênture, que equivale a R\$10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão.

Valor Nominal Unitário Atualizado

Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures da 2ª Série atualizado a partir da Data de Integralização, pela variação do IPCA, calculado de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis, sendo o produto incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série e, imediatamente após a primeira data de amortização, ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série.

10
15.1886

10



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5562874 em 12/08/2015 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, Nire 31300036375 e protocolo 155406795 - 11/08/2015. Autenticação: 9EE4DFE2D0DD9696E92229FF632BD26868EF732. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/540.679-5 e o código de segurança hwr1 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/08/2015 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL

pág. 11/56

✓

CLÁUSULA I TERMOS DEFINIDOS

1.1 Os termos definidos e expressões adotadas nesta Escritura, iniciados em letras maiúsculas, no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído no Glossário que precede esta Escritura.

CLÁUSULA II AUTORIZAÇÕES

2.1. A Emissão e a Oferta são realizadas, bem como a presente Escritura é firmada, com base nas deliberações da AGE e da RCA.

CLÁUSULA III REQUISITOS

3.1 Nos termos da Instrução CVM nº 476/09, a Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

3.1.1. Dispensa de Registro na CVM e Registro na ANBIMA

3.1.1.1 A Emissão será realizada nos termos da Instrução CVM nº 476/09, por se tratar de oferta pública de distribuição com esforços restritos de distribuição, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição pública de que trata o artigo 19, *caput*, da Lei nº 6.385/76.

3.1.1.2 A Oferta será registrada na ANBIMA exclusivamente para informar a base de dados da ANBIMA, nos termos do artigo 1º, §2º, do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários”, em vigor desde 03 de fevereiro de 2014. Entretanto, condicionado o cumprimento da obrigação à expedição de regulamentação específica do Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA, nos termos do artigo 9º, §1º, do referido Código, desde que expedidas até a comunicação do encerramento da Oferta à CVM.

3.1.2. Arquivamento e Publicação da ata de AGE e da ata de RCA

3.1.2.1. A AGE na qual foram deliberadas: (a) a aprovação da Emissão e da Oferta, bem como de seus termos e condições; e (b) a autorização para que a Diretoria da Companhia pratique todos os atos, ratifique os atos já praticados, tome todas as providências e adote todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações da AGE, objetivando a Emissão e a realização da Oferta, cuja ata foi arquivada na JUCEMG em 13 de julho de 2015 sob o nº 5543142 e foi publicada no DOEMG e no jornal “Diário do Comércio”, no dia 03 de julho de 2015, nos termos da Lei nº 6.404/76.

3.1.2.2. A RCA na qual foram deliberadas: (a) a propositura para deliberação em Assembleia Geral da Companhia sobre a Emissão; (b) a aprovação dos termos e condições da emissão das Debêntures; e (c) a autorização para que a Diretoria da Companhia pratique todos os atos, ratifique os atos já praticados, tome todas as providências e adote todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações da RCA, objetivando a Emissão e a realização da Oferta,

11

15.1886

✍



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5562874 em 12/08/2015 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, Nire 31300036375 e protocolo 155406795 - 11/08/2015. Autenticação: 9EE4DFE2D0DD9696E92229FF632BD26868EF732. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/540.679-5 e o código de segurança hwr1 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/08/2015 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 12/56

cuja ata será arquivada na JUCEMG e publicada no DOEMG e no jornal "Diário do Comércio", nos termos da Lei nº 6.404/76.

3.1.3. Inscrição e Registro desta Escritura

3.1.3.1 Esta Escritura e seus eventuais aditamentos serão inscritos na JUCEMG, conforme o disposto no artigo 62, inciso II, e §3º do mesmo artigo, da Lei nº 6.404/76, devendo ser levados a registro, pela Emissora, em até 2 (dois) Dias Úteis contados de sua(s) assinatura(s) pela Emissora e pelo Agente Fiduciário. Após o registro desta Escritura e de seus eventuais aditamentos, a Emissora deverá disponibilizar ao Agente Fiduciário 1 (uma) cópia com certificado eletrônico da Escritura e de eventuais aditamentos registrados na JUCEMG, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de seu registro.

3.1.4. Registro para Distribuição Negociação e Depósito

3.1.4.1. As Debêntures serão registradas para: (a) distribuição pública no mercado primário por meio do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e (b) negociação, observado o disposto nas Cláusulas 4.6.2 e 4.6.4 abaixo, no mercado secundário por meio do CETIP21, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures depositadas eletronicamente na CETIP.

3.1.4.2. Não obstante o descrito na Cláusula 3.1.4.1 acima, conforme o disposto no artigo 13 da Instrução CVM nº 476/09, e respeitadas as demais disposições legais aplicáveis, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados, nos termos do artigo 15, §1º, da Instrução CVM nº 476/09, depois de decorridos 90 (noventa) dias de cada subscrição ou aquisição pelo Investidor, e observado o cumprimento pela Emissora do artigo 17 do mesmo dispositivo legal.

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

4.1. Objeto Social da Emissora

4.1.1. De acordo com o artigo 1º do seu estatuto social, a Emissora tem por objeto social planejar, executar, ampliar, remodelar e explorar serviços públicos de saneamento básico.

4.2. Número da Emissão

4.2.1. A presente Emissão constitui a 9ª (nona) emissão de debêntures da Emissora.

4.3. Valor Total da Emissão

4.3.1. O valor total da emissão é de R\$350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão.



12



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5562874 em 12/08/2015 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, Nire 31300036375 e protocolo 155406795 - 11/08/2015. Autenticação: 9EE4DFE2D0DD9696E92229FF632BD26868EF732. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/540.679-5 e o código de segurança hwr1 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/08/2015 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 13/56

4

4.4. Número de Séries

4.4.1. A Emissão será realizada em até 2 (duas) séries.

4.5. Quantidade de Debêntures

4.5.1. Serão emitidas 35.000 (trinta e cinco mil) Debêntures, sendo que a quantidade de Debêntures a ser emitida para cada uma das séries será definida em sistema de "vasos comunicantes" após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, ressalvado que 1 (uma) das séries poderá não ser emitida, a depender do Procedimento de *Bookbuilding*. A quantidade de Debêntures alocada em cada série será objeto de aditamento à presente Escritura, ficando desde já a Emissora e o Agente Fiduciário autorizados e obrigados a celebrar tal aditamento, sem a necessidade de aprovação societária e/ou dos Debenturistas.

4.6. Colocação e Procedimento de Distribuição

4.6.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, sob o regime de garantia firme de colocação, com a intermediação dos Coordenadores, nos termos e condições estabelecidos no Contrato de Colocação.

4.6.2. Sem prejuízo do disposto acima, o plano de distribuição pública seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM nº 476/09. Para tanto, no âmbito da Emissão, os Coordenadores: (i) somente poderão procurar, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores; e (ii) as Debêntures somente poderão ser adquiridas por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores.

4.6.3. Cada Investidor assinará declaração atestando estar ciente, entre outras coisas, de que: (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura.

4.6.4. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica, sendo que o Coordenador Líder, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizará Plano de Distribuição nos termos da Instrução CVM nº 476/09, tendo como público alvo Investidores.

4.6.5. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

4.6.7. A Emissão não poderá ser aumentada em nenhuma hipótese.

4.7. Banco Liquidante e Escriturador

4.7.1. O Banco Liquidante e o Escriturador da Emissão será o Banco Bradesco S.A.

15.18.86

13



4

4.8. Destinação dos Recursos

4.8.1. Os recursos obtidos por meio da Emissão das Debêntures serão destinados: (i) à quitação das Notas Promissórias, na data de seu vencimento ou antecipadamente; e (ii) o remanescente do montante captado será destinado para investimento na implementação de reestruturação administrativa e operacional da Emissora.

4.8.2. Para fins de comprovação da destinação dos recursos da Emissão, a Emissora enviará ao Agente Fiduciário uma declaração, assinada pelos seus representantes legais, atestando o cumprimento do disposto na Cláusula 4.8.1 acima, nos termos do Anexo I à presente Escritura, em até 05 (cinco) Dias Úteis contados da realização da referida quitação das Notas Promissórias.

CLÁUSULA V CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

5.1. Características Básicas das Debêntures

5.1.1. Data de Emissão. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 15 de agosto de 2015.

5.1.2. Conversibilidade, Tipo e Forma. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora, escriturais e nominativas, sem emissão de cautelas e certificados.

5.1.3. Espécie. As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos da Lei nº 6.404/76, sem garantias adicionais.

5.1.4. Valor Nominal Unitário. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão.

5.2. Subscrição

5.2.1. Prazo de Subscrição. As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, a partir da data de início de distribuição, observado o disposto no artigo 8º da Instrução CVM nº 476/09.

5.2.2. Preço de Integralização. As Debêntures da 1ª Série e as Debêntures da 2ª Série serão subscritas e integralizadas pelo Valor Nominal Unitário, podendo ser colocadas com ágio ou deságio, a ser definido, se for o caso, no ato de subscrição das Debêntures da 1ª Série e das Debêntures da 2ª Série, em qualquer caso, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculado *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização até a data da efetiva integralização de cada debênture.

5.3. Integralização e Forma de Pagamento

5.3.1. As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, de acordo com os procedimentos adotados pela CETIP.

ACR
51886

14

[Assinatura]



4

5.4. Direito de Preferência

5.4.1. Não há direito de preferência na subscrição das Debêntures.

5.5 Repactuação

5.5.1. Não haverá repactuação das Debêntures.

5.6. Condições de Pagamento

5.6.1. Local de Pagamento. Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures depositadas eletronicamente na CETIP; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem depositadas eletronicamente na CETIP: (a) na sede da Emissora ou do Banco Liquidante e Escriurador; ou (b) conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim.

5.6.2. Prorrogação dos Prazos. Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, até o primeiro dia útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado declarado nacional, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos.

5.6.3. Encargos Moratórios. Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória, não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e juros de mora calculados desde a data de inadimplemento, até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês, sobre o montante assim devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

5.6.4. Decadência dos Direitos aos Acréscimos. Sem prejuízo do disposto nas Cláusulas 5.6.1 a 5.6.3 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

5.7. Publicidade

5.7.1. Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas deverão ser obrigatoriamente publicados no DOEMG, na forma de aviso e quando exigido pela legislação, e em jornal de grande circulação indicado no Formulário de Referência da Emissora, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores – *internet* (www.copasa.com.br), observado o estabelecido no artigo 289 da Lei nº 6.404/76 e as limitações impostas pela Instrução CVM nº 476/09 em relação à publicidade da oferta pública com esforços restritos de distribuição e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização. Caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao

SCP
151886

15

7



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5562874 em 12/08/2015 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, Nire 31300036375 e protocolo 155406795 - 11/08/2015. Autenticação: 9EE4DFE2D0DD9696E92229FF632BD26868EF732. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/540.679-5 e o código de segurança hwr1 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/08/2015 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 16/56

Agente Fiduciário informando o novo veículo e publicar, nos jornais anteriormente utilizados, aviso aos Debenturistas informando o novo veículo.

5.8. Comprovação de Titularidade das Debêntures

5.8.1. A Emissora não emitirá certificados das Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pelo Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do debenturista, quando estes títulos estiverem depositados eletronicamente na CETIP.

5.9. Características das Debêntures da 1ª Série

5.9.1. Prazo e Data de Vencimento. O vencimento das Debêntures da 1ª Série ocorrerá ao término do prazo de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de agosto de 2020, ressalvadas as hipóteses de resgate e Vencimento Antecipado. Na Data de Vencimento da 1ª Série, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures da 1ª Série pelo seu saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração das Debêntures da 1ª Série, calculada na forma prevista nesta Escritura.

5.9.2. Atualização Monetária do Valor Nominal. Não haverá atualização monetária do Valor Nominal das Debêntures da 1ª Série.

5.9.3. Remuneração das Debêntures da 1ª Série. Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série incidirão juros remuneratórios, a serem definidos de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, calculados a partir da Data de Integralização, limitados ao percentual máximo de 118,90% (cento e dezoito inteiros e noventa centésimos por cento) da variação acumulada da Taxa DI. A Remuneração da 1ª Série será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série apurado em conformidade com esta Escritura, desde a Data de Integralização ou da data de pagamento de Remuneração da 1ª Série imediatamente anterior, o que ocorrer por último, até a data prevista para o seu pagamento, e será paga ao final de cada Período de Capitalização. Após a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, a definição da Remuneração das Debêntures da 1ª Série, desde que respeitados os limites máximos definidos nesta Cláusula, será objeto de aditamento a esta Escritura, ficando desde já a diretoria da Emissora e o Agente Fiduciário autorizados e obrigados a celebrar tal aditamento, sem a necessidade de qualquer aprovação societária e/ou dos Debenturistas.

5.9.3.1. A Remuneração da 1ª Série será paga trimestralmente, nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro, sendo que o primeiro pagamento da Remuneração da 1ª Série será devido em 15 de novembro de 2015 e o último será devido na Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série, conforme a tabela abaixo e observada a Cláusula 5.6.2 acima:

16

MP
15.1886

[Assinatura]



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5562874 em 12/08/2015 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, Nire 31300036375 e protocolo 155406795 - 11/08/2015. Autenticação: 9EE4DFE2D0DD9696E92229FF632BD26868EF732. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/540.679-5 e o código de segurança hwr1 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/08/2015 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

[Assinatura]
MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 17/56

4

Datas de Pagamento da Remuneração da 1ª Série
15 de novembro de 2015
15 de fevereiro de 2016
15 de maio de 2016
15 de agosto de 2016
15 de novembro de 2016
15 de fevereiro de 2017
15 de maio de 2017
15 de agosto de 2017
15 de novembro de 2017
15 de fevereiro de 2018
15 de maio de 2018
15 de agosto de 2018
15 de novembro de 2018
15 de fevereiro de 2019
15 de maio de 2019
15 de agosto de 2019
15 de novembro de 2019
15 de fevereiro de 2020
15 de maio de 2020
15 de agosto de 2020

5.9.3.2. A Remuneração da 1ª Série deverá ser calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$J = VNe \times (FatorDI - 1)$, onde:

“J” corresponde ao valor unitário da Remuneração da 1ª Série devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

“VNe” corresponde ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

“FatorDI” corresponde ao produtório das Taxas DI-Over com uso do percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^n \left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$$

onde:

17
151886

17



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5562874 em 12/08/2015 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, Nire 31300036375 e protocolo 155406795 - 11/08/2015. Autenticação: 9EE4DFE2D0DD9696E92229FF632BD26868EF732. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/540.679-5 e o código de segurança hwr1 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/08/2015 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

4

k – Número de ordem da Taxa DI-Over, variando de 1 (um) até n ;

n - Número total de Taxas DI-Over, consideradas em cada Período de Capitalização, sendo “ n ” um número inteiro.

P - taxa apurada em procedimento de *Bookbuilding* aplicado sobre a Taxa DI, informado com duas casas decimais.

TDI_k - Taxa DI-Over, de ordem k , expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k - Taxa DI, de ordem k , divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais.

5.9.3.3. O cálculo da Remuneração da 1ª Série acima está sujeito às seguintes observações:

- A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.
- O fator resultante da expressão $\left(1 + TDI_k \times \frac{P}{100} \right)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento.
- Efetua-se o produtório dos fatores diários, $\left(1 + TDI_k \times \frac{P}{100} \right)$ sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.
- Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante do produtório “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

5.9.3.4. Observado o quanto estabelecido na Cláusula 5.9.3.5 abaixo, no caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, para a apuração de TDI_k a última Taxa DI divulgada até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável.

5.9.3.5. Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures da 1ª Série por proibição legal ou judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 5 (cinco) dias contados da data de término do prazo de 10 (dez) dias consecutivos ou da data de extinção da Taxa DI ou de impossibilidade de aplicação da

18
151886

18



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5562874 em 12/08/2015 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, Nire 31300036375 e protocolo 155406795 - 11/08/2015. Autenticação: 9EE4DFE2D0DD9696E92229FF632BD26868EF732. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/540.679-5 e o código de segurança hwr1 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/08/2015 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 19/56

✕

Taxa DI por proibição legal ou judicial, conforme o caso, convocar assembleia geral de Debenturistas da 1ª Série para deliberar, em comum acordo com a Companhia e observada a regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures da 1ª Série a ser aplicado, que deverá ser aquele que melhor reflita as condições do mercado vigentes à época. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração das Debêntures da 1ª Série, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures da 1ª Série previstas nesta Escritura, será utilizado, para apuração da Taxa DI, o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Companhia e/ou os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures da 1ª Série.

5.9.3.6. Caso a Taxa DI volte a ser divulgada antes da realização da assembleia geral de Debenturistas da 1ª Série prevista acima, referida assembleia geral de Debenturistas da 1ª Série não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir da data de sua divulgação, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures da 1ª Série previstas nesta Escritura.

5.9.3.7. Caso, na assembleia geral de Debenturistas da 1ª Série prevista acima, não haja acordo sobre a nova remuneração das Debêntures da 1ª Série entre a Companhia e Debenturistas da 1ª Série representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da 1ª Série em Circulação, a Companhia se obriga, desde já, a resgatar a totalidade das Debêntures da 1ª Série, com seu consequente cancelamento, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados da data da realização da assembleia geral de Debenturistas da 1ª Série prevista acima ou na Data de Vencimento da 1ª Série, o que ocorrer primeiro, pelo saldo devedor do Valor Nominal de cada uma das Debêntures da 1ª Série, acrescido da Remuneração da 1ª Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração da 1ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, caso em que, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures da 1ª Série previstas nesta Escritura, será utilizado, para apuração da Taxa DI, o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente.

5.9.4. Amortização das Debêntures da 1ª Série. O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série será amortizado em parcelas trimestrais, iguais e consecutivas, a partir do 27º (vigésimo sétimo) mês, inclusive, contado da Data de Emissão, nos meses de fevereiro, maio agosto e novembro, sendo o primeiro pagamento em 15 de novembro de 2017, conforme tabela abaixo:

Parcela	Data da Amortização	Percentual Amortizado do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série
1	15 de novembro de 2017	8,3333%
2	15 de fevereiro de 2018	8,3333%
3	15 de maio de 2018	8,3333%
4	15 de agosto de 2018	8,3333%
5	15 de novembro de 2018	8,3333%
6	15 de fevereiro de 2019	8,3333%

ACR 19
151886

✕



7	15 de maio de 2019	8,3333%
8	15 de agosto de 2019	8,3333%
9	15 de novembro de 2019	8,3333%
10	15 de fevereiro de 2020	8,3333%
11	15 de maio de 2020	8,3333%
12	15 de agosto de 2020	Saldo

5.10. Características das Debêntures da 2ª Série

5.10.1. Prazo e Data de Vencimento. O vencimento das Debêntures da 2ª Série ocorrerá ao término do prazo de 6 (seis) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de agosto de 2021, ressalvadas as hipóteses de resgate e Vencimento Antecipado. Na Data de Vencimento da 2ª Série, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures da 2ª Série pelo seu Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido da Remuneração da 2ª Série, calculada na forma prevista nesta Escritura.

5.10.2. Remuneração das Debêntures da 2ª Série. As Debêntures da 2ª Série farão jus a um rendimento a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, correspondente à Atualização Monetária da 2ª Série, conforme a Cláusula 5.10.2.1 abaixo, acrescida dos Juros Remuneratórios da 2ª Série indicados na Cláusula 5.10.2.2 abaixo. Após a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, a definição da Remuneração das Debêntures da 2ª Série, desde que respeitados os limites máximos definidos na Cláusula 5.10.2.2. abaixo, será objeto de aditamento a esta Escritura, ficando desde já a diretoria da Emissora e o Agente Fiduciário autorizados e obrigados a celebrar tal aditamento, sem a necessidade de qualquer aprovação societária e/ou dos Debenturistas.

5.10.2.1. Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série. As Debêntures da 2ª Série terão seu Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, atualizado a partir da Data de Integralização, pela variação acumulada do IPCA, calculado de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis, sendo o produto automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série e, imediatamente após a primeira data de amortização, ao saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 2ª Série, segundo a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

Onde:

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série, informado / calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

C = fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

CCP 20
JS.1886

[Assinatura]



8

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

onde:

n = número total de índices considerados na atualização monetária das Debêntures da 2ª Série, sendo “ n ” um número inteiro;

NI_k = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao respectivo mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures da 2ª Série. Após a data de aniversário, valor do número-índice do IPCA do mês de atualização;

NI_{k-1} = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês “ k ”;

dup = número de Dias Úteis entre a Data de Integralização ou última data de aniversário das Debêntures da 2ª Série e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do número-índice do IPCA sendo “ dup ” um número inteiro;

dut = número de Dias Úteis contidos entre a última e próxima data de aniversário das Debêntures da 2ª Série, sendo “ dut ” um número inteiro.

5.10.2.1.1. O número-índice do IPCA deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo IBGE.

5.10.2.1.2. A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem a necessidade de ajuste à Escritura ou qualquer outra formalidade.

5.10.2.1.3. Caso, no mês de atualização, o número-índice não esteja ainda disponível, será utilizada a última variação disponível do índice de preços em questão.

5.10.2.1.4. Os fatores resultantes das expressões $[(NI(k)/NI(k-1))^{dup/dut}]$ são considerados com 8 casas decimais, sem arredondamento.

5.10.2.1.5. O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 casas decimais, sem arredondamento.

5.10.2.1.6. Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação do IPCA por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 5 (cinco) dias contados da data de término do prazo de 10 (dez) dias consecutivos ou da data de extinção do IPCA, convocar assembleia geral de Debenturistas da 2ª Série para deliberar, em comum acordo com a Companhia e observada a regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de Atualização Monetária da 2ª Série a ser aplicado, que deverá ser aquele que melhor reflita as condições do mercado vigentes à época. Até a deliberação desse novo parâmetro de Atualização Monetária da 2ª Série, quando do cálculo de quaisquer obrigações

MP 11
15.1886

[Assinatura]



8

pecuniárias relativas às Debêntures da 2ª Série previstas nesta Escritura, será utilizado, para apuração do IPCA, o percentual correspondente ao último índice IPCA divulgado oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Companhia e/ou os Debenturistas quando da deliberação do novo índice para a Atualização Monetária da 2ª Série.

5.10.2.1.7. Caso o IPCA volte a ser divulgado antes da realização da assembleia geral de Debenturistas da 2ª Série prevista acima, referida assembleia geral de Debenturistas da 2ª Série não será mais realizada, e o IPCA, a partir da data de sua divulgação, passará a ser novamente utilizado para o cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures da 2ª Série previstas nesta Escritura.

5.10.2.1.8. Caso, na assembleia geral de Debenturistas da 2ª Série prevista acima, não haja acordo sobre a nova Atualização Monetária da 2ª Série entre a Companhia e Debenturistas da 2ª Série representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da 2ª Série em Circulação, a Companhia se obriga, desde já, a resgatar a totalidade das Debêntures da 2ª Série, com seu consequente cancelamento, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados da data da realização da assembleia geral de Debenturistas da 2ª Série prevista acima ou na Data de Vencimento da 2ª Série], o que ocorrer primeiro, pelo saldo devedor do Valor Nominal Atualizado de cada uma das Debêntures da 2ª Série, acrescido da Remuneração da 2ª Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração da 2ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, caso em que, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures da 2ª Série previstas nesta Escritura, será utilizado, para apuração do IPCA, a última variação disponível do índice de preços em questão divulgada oficialmente.

5.10.2.1.9. Considera-se como “data de aniversário” todo dia 15 (quinze) de cada mês. Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre 2 (duas) datas de aniversários consecutivas.

5.10.2.2. Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série. Sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série, conforme o caso, atualizado pela Atualização Monetária da 2ª Série, incidirão juros remuneratórios prefixados, correspondentes a um percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, de NTN-B, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, apurada pela média aritmética das negociações das NTN-B nos 5 (cinco) dias imediatamente anteriores à data de início do Procedimento de *Bookbuilding*, acrescida de um spread ou sobretaxa limitada a 1,5% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. Os Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série serão incidentes sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 2ª Série ou sobre saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 2ª Série, conforme aplicável, a partir da Data de Integralização, ou da data de pagamento dos Juros Remuneratórios da 2ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, e pagos ao final de cada período de capitalização das Debêntures da 2ª Série, calculado em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNa \times (\text{FatorJuros} - 1)$$

22

15.1886

15.1886



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5562874 em 12/08/2015 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, Nire 31300036375 e protocolo 155406795 - 11/08/2015. Autenticação: 9EE4DFE2D0DD9696E92229FF632BD26868EF732. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/540.679-5 e o código de segurança hwr1 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/08/2015 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 23/56

8

onde:

J = valor dos juros devidos no final de cada data de cálculo dos Juros Remuneratórios da 2ª Série, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamentos;

VNa = Valor Nominal Unitário atualizado pela Atualização Monetária da 2ª Série ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 2ª Série calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento; e

FatorJuros = fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorJuros} = \left[\left(\frac{i}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]$$

onde:

i = taxa a ser apurada no Procedimento de *Bookbuilding*, informada com 4 (quatro) casas decimais; e

n = número de Dias Úteis entre a Data de Integralização ou data do último pagamento de Juros Remuneratórios da 2ª Série, conforme o caso, e a data atual, sendo “n” um número inteiro.

5.10.3. Os Juros Remuneratórios da 2ª Série serão pagos trimestralmente, nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro, sendo que o primeiro pagamento dos Juros Remuneratórios da 2ª Série será devido em 15 de novembro de 2015 e o último será devido na Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série, conforme a tabela abaixo e observada a Cláusula 5.6.2 acima:

Datas de Pagamento dos Juros Remuneratórios da 2ª Série
15 de novembro de 2015
15 de fevereiro de 2016
15 de maio de 2016
15 de agosto de 2016
15 de novembro de 2016
15 de fevereiro de 2017
15 de maio de 2017
15 de agosto de 2017
15 de novembro de 2017
15 de fevereiro de 2018
15 de maio de 2018
15 de agosto de 2018

15.1886

23

JS



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5562874 em 12/08/2015 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, Nire 31300036375 e protocolo 155406795 - 11/08/2015. Autenticação: 9EE4DFE2D0DD9696E92229FF632BD26868EF732. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/540.679-5 e o código de segurança hwr1 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/08/2015 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 24/56

Ø

15 de novembro de 2018
15 de fevereiro de 2019
15 de maio de 2019
15 de agosto de 2019
15 de novembro de 2019
15 de fevereiro de 2020
15 de maio de 2020
15 de agosto de 2020
15 de novembro de 2020
15 de fevereiro de 2021
15 de maio de 2021
15 de agosto de 2021

5.10.4. Amortização das Debêntures da 2ª Série. O Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 2ª Série será amortizado em parcelas trimestrais, iguais e consecutivas, a partir do 51º (quingagésimo primeiro) mês, inclusive, contado da Data de Emissão, nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro, conforme tabela abaixo:

Parcela	Data da Amortização	Percentual Amortizado do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 2ª Série
1	15 de novembro de 2019	12,5000%
2	15 de fevereiro de 2020	12,5000%
3	15 de maio de 2020	12,5000%
4	15 de agosto de 2020	12,5000%
5	15 de novembro de 2020	12,5000%
6	15 de fevereiro de 2021	12,5000%
7	15 de maio de 2021	12,5000%
8	15 de agosto de 2021	Saldo

5.11. Imunidade ou Isenção de Debenturistas

5.11.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes das datas previstas de pagamento das Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária.

151886

[Handwritten signature]



5.12. Classificação de Risco

5.12.1. Foi contratada, como Agência Classificadora de Risco da Oferta, a Moody's América Latina Ltda., que atribuirá *rating* às Debêntures, a qual poderá, a qualquer momento, ser substituída pela Emissora, pelas Standard & Poor's ou Fitch Ratings, sem necessidade de aprovação prévia dos Debenturistas.

CLÁUSULA VI RESGATE ANTECIPADO E AQUISIÇÃO FACULTATIVA

6.1. Resgate Antecipado e Oferta de Resgate Antecipado


6.1.1. A Emissora poderá realizar o resgate facultativo total da Emissão, a partir de 16 de agosto de 2017 (inclusive), com incidência de prêmio de pré pagamento (*flat*), conforme tabela abaixo, aplicável sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o Valor Nominal Unitário atualizado (ou sobre o saldo devedor das Debêntures, conforme aplicável), acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização (ou desde a data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme aplicável) até a Data do Resgate Facultativo Total:

Data do Resgate Facultativo Total	Prêmio
16 de agosto de 2017 (inclusive) até 15 de agosto de 2018 (inclusive)	0,80%
16 de agosto de 2018 (inclusive) até 15 de agosto de 2019 (inclusive)	0,60%
16 de agosto de 2019 (inclusive) até 15 de agosto de 2020 (inclusive)	0,40%
16 de agosto de 2020 (inclusive) até 14 de agosto de 2021 (inclusive)	0,20%

6.1.1.1. A Emissora realizará o Resgate Facultativo Total por meio de envio de comunicação escrita aos Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário e à CETIP com no mínimo 20 (vinte) dias de antecedência à data Resgate Facultativo Total, a qual deverá descrever os termos e condições do Resgate Facultativo Total, incluindo: (i) a data efetiva para o resgate das Debêntures e pagamento aos Debenturistas; e (ii) demais informações necessárias para a realização do Resgate Facultativo Total.

6.1.1.2. O valor a ser pago aos Debenturistas a título do Resgate Facultativo Total será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, atualizado pela Atualização Monetária, conforme o caso, acrescido: (i) dos Juros Remuneratórios devidos e ainda não pagos até a data de resgate antecipado; e (ii) do Prêmio a ser pago aos Debenturistas, nos termos da Cláusula 6.1.1.

6.1.2. A Emissora poderá, mediante deliberação do seu órgão competente, nos termos de seu estatuto social, realizar a oferta de resgate antecipado das Debêntures endereçada a todos os Debenturistas sem distinção, sendo assegurada a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures de sua titularidade. A Oferta de Resgate Antecipado será realizada da seguinte forma:


15.1886

25





Φ

6.1.2.1. A Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de: (a) envio de comunicação escrita aos Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário, com no mínimo 20 (vinte) dias de antecedência da Oferta de Resgate Antecipado; ou (b) publicação nos jornais em que a Emissora realiza suas publicações habituais, com a descrição dos termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, com no mínimo 20 (vinte) dias de antecedência da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo: (i) se a oferta de resgate será da totalidade das Debêntures ou se será parcial e, neste caso, deverá ter o sorteio, nos termos da Cláusula 6.1.2.2 abaixo, a ser coordenado pelo Agente Fiduciário, caso a demanda dos investidores pelo resgate das debêntures seja maior que a quantidade de debêntures que a Emissora pretende resgatar; (ii) o valor do prêmio de resgate, caso exista; (iii) forma de manifestação do Debenturista à Emissora que aceitar a oferta de resgate; (iv) data efetiva para o resgate das Debêntures e pagamento aos Debenturistas; (v) demais informações necessárias para tomada de decisão dos Debenturistas; e (vi) percentual mínimo para vinculação à Oferta de Resgate Antecipado, se aplicável.

6.1.2.2. Após a publicação dos termos da Oferta de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à referida oferta terão que se manifestar diretamente à Emissora, fora do âmbito da CETIP, por meio de comunicação por escrito endereçada à Emissora, nos termos da Cláusula 12.1 desta Escritura, no prazo disposto no edital de Oferta de Resgate Antecipado mencionado na Cláusula 6.1.2.1 acima, o qual não poderá ser inferior a 10 (dez) Dias Úteis. Ao final desse prazo, a Emissora terá 3 (três) Dias Úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, sendo certo que todas as Debêntures objeto da Oferta de Resgate Antecipado serão resgatadas em uma única data. Fica definido que para as Debêntures depositadas na CETIP, o resgate antecipado parcial ocorrerá conforme procedimentos adotados pela CETIP, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por Debenturista, serão realizadas fora do âmbito da CETIP. A CETIP deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

6.1.2.3. A Emissora poderá condicionar o resgate antecipado à aceitação deste por um percentual mínimo de Debenturistas a ser por ela definido quando da realização da Oferta de Resgate Antecipado. Tal percentual deverá estar estipulado no edital de Oferta de Resgate Antecipado mencionado na Cláusula 6.1.2.1 acima.

6.1.2.4. O valor a ser pago aos Debenturistas a título de resgate antecipado será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescidos da Atualização Monetária, conforme o caso e acrescido: (i) dos Juros Remuneratórios, devidos e ainda não pagos até a data de resgate antecipado; e (ii) de eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora.

6.1.3. O pagamento para as Debêntures resgatadas será feito por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures depositadas eletronicamente na CETIP.

6.1.4. As Debêntures resgatadas antecipadamente deverão ser canceladas.

100P
15.1886

26





6.2. Aquisição Facultativa

6.2.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, observadas as restrições de negociação e prazo previsto na Instrução CVM nº 476/09 e o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei nº 6.404/76, adquirir as Debêntures: (i) por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da atualização monetária, conforme aplicável, acrescido da Remuneração da respectiva Série, ou (ii) por valor superior ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da atualização monetária conforme aplicável, acrescido da Remuneração da respectiva Série, desde que observe as regras expedidas pela CVM, as quais poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora ou ser novamente colocadas no mercado, conforme as regras expedidas pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures, de acordo com a série a que pertencer.

CLÁUSULA VII VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1. O Agente Fiduciário deverá, automaticamente, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial à Emissora, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura, notificando o fato a todos os Debenturistas, no prazo 2 (dois) Dias Úteis contados a partir de sua ciência e exigirá da Emissora o imediato pagamento integral do saldo do Valor Nominal Unitário, acrescidos da Atualização Monetária, conforme o caso, acrescido da Remuneração da respectiva Série, devidos *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização ou a data do último pagamento da Remuneração da respectiva Série, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento das Debêntures declaradas vencidas nas respectivas Séries, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

- (i) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures não sanado no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data do respectivo vencimento;
- (ii) ocorrência de: (a) liquidação, dissolução ou decretação de falência da Emissora ou suas afiliadas; (b) pedido de autofalência da Companhia ou suas afiliadas; (c) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora ou suas afiliadas e não devidamente elidido por esta no prazo legal; (d) propositura, pela Emissora ou por quaisquer afiliadas, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou (e) ingresso pela Emissora ou suas afiliadas em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;
- (iii) transformação da Emissora em outro tipo societário, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei nº 6.404/76;

27
15.1886



- (iv) decretação de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação da Emissora, de caráter financeiro, que envolva o pagamento de quantia igual ou superior, individualmente ou de forma agregada, a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou seu equivalente em outra moeda;
- (v) extinção de quaisquer das concessões ou intervenção pelo poder concedente, por qualquer motivo, na prestação dos serviços de distribuição e tratamento de água por parte da Emissora ou das sociedades controladas pela Emissora, que represente, separadamente ou em conjunto, valor igual ou superior ao equivalente a 30% (trinta por cento) da receita operacional líquida da Emissora constante de suas últimas demonstrações financeiras consolidadas;
- (vi) protesto de títulos contra a Emissora cujo valor, individual ou agregado, ultrapasse R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou seu equivalente em outra moeda, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que comprovado pela Emissora, ou se for suspenso ou cancelado, ou for prestada garantia aceita em juízo, no valor do(s) protesto(s), em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do respectivo protesto;
- (vii) descumprimento pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária relacionada: (a) às Debêntures, não sanado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do referido descumprimento; e/ou (b) a qualquer índice ou limite financeiro estabelecido em qualquer outro instrumento de endividamento da Emissora;
- (viii) inadimplemento de qualquer dívida financeira ou qualquer obrigação pecuniária em qualquer acordo ou contrato do qual a Emissora seja parte como mutuária ou garantidora, ou a falta de medidas legais e/ou judiciais requeridas para o referido inadimplemento, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou seu equivalente em outra moeda;
- (ix) realização, por qualquer autoridade governamental, de ato com objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades ou das ações do capital social da Emissora, incluindo ações ou quotas de emissão de sociedades controladas pela Emissora;
- (x) alteração do objeto social da Companhia ou de qualquer controlada, conforme disposto em seu estatuto social ou contrato social, conforme o caso, vigente na Data de Emissão, exceto se: (a) previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação; ou (b) não resultar em alteração da atividade principal da Companhia;
- (xi) qualquer reorganização societária (redução do capital social, incorporação (inclusive de ações), fusão, cisão ou qualquer outra operação com efeito similar) envolvendo a Companhia, sem a prévia anuência da totalidade dos Debenturistas, exceto:
 - (a) se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação; ou

RGF
15.1886

[Assinatura]



X

- (b) exclusivamente no caso de cisão, fusão ou incorporação da Companhia, se tiver sido assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares, mediante o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento; ou
- (c) por incorporações realizadas, pela Companhia, de qualquer controlada e/ou de qualquer subsidiária integral existente na Data de Emissão, e desde que, nessas hipóteses, a Companhia obtenha as necessárias autorizações regulatórias e/ou de terceiros;
- (xii) alteração ou transferência do controle acionário (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações), direto ou indireto, da Companhia, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação;
- (xiii) não observância, pela Emissora, enquanto houver Debêntures em Circulação, de qualquer dos seguintes índices e limites financeiros a serem calculados anualmente, com base nas demonstrações financeiras datadas de 31 de dezembro, pela Emissora e acompanhados pelo Agente Fiduciário, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, de todas as informações necessárias para a conferência dos referidos índices:
- (a) razão entre a Dívida Líquida e o EBITDA deverá ser sempre igual ou inferior a 4,0 (quatro); e
- (b) razão entre o EBITDA e o Serviço da Dívida deverá ser sempre igual ou superior a 1,2 (um inteiro e dois décimos).
- (xiv) destinação, pela Emissora, dos recursos obtidos com a Emissão de forma diversa à prevista na Cláusula 4.8; e
- (xv) comprovada atuação da Emissora, controladoras, controladas ou coligadas e seus funcionários, a partir da Data de Emissão, em desconformidade com as disposições da Lei Anticorrupção.
- 7.2. Ocorrendo quaisquer dos eventos previstos nos subitens (i), (ii), (iii), (xii) e (xiii) da Cláusula 7.1 acima, não sanados nos respectivos prazos de cura, quando estabelecidos, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial, observando-se o disposto na Cláusula 7.4 abaixo.
- 7.3. Na ocorrência dos demais eventos listados na Cláusula 7.1 acima, excetuados os mencionados na Cláusula 7.2 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar uma AGD, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que houver tomado ciência de quaisquer dos eventos listados abaixo, para deliberar a respeito da não declaração de vencimento antecipado das

ccf
15.1886

29

[Handwritten signature]



8

Debêntures. Caso a AGD mencionada nesta Cláusula não seja instalada por falta de quórum, em primeira e segunda convocação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures. Uma vez instalada a AGD prevista nesta Cláusula, será necessário o quórum de Debenturistas representando mais de 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação para aprovar a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures. O vencimento antecipado somente não será declarado caso assim seja deliberado na referida AGD, tendo tal decisão caráter irrevogável e irretratável.

7.4. Uma vez declarado o vencimento antecipado, o Agente Fiduciário exigirá da Emissora o imediato pagamento integral do Valor Nominal Unitário, ou do saldo do Valor Nominal Unitário, se for o caso, acrescido da respectiva Remuneração, devidos *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização ou a data do último pagamento da Remuneração da respectiva Série, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento das Debêntures declaradas vencidas nas respectivas Séries, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura.

7.4.1. Uma vez declaradas vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada: (a) à Emissora, com cópia para CETIP; e (b) ao Banco Liquidante.

7.4.2. Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, o seu resgate deverá ser efetuado em até 3 (três) Dias Úteis, contados do protocolo da carta mencionada na Cláusula 7.4.1 acima, sob pena do disposto na Cláusula 7.4.3 abaixo. Caso o pagamento referente ao vencimento antecipado aconteça através da CETIP, a mesma deverá ser comunicada com, no mínimo 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

7.4.3 Caso a Emissora não proceda ao resgate das Debêntures na forma estipulada na Cláusula 7.4.2 acima, além da respectiva Remuneração devida, os Encargos Moratórios serão acrescidos ao Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido da atualização monetária conforme o caso, incidentes desde a data de vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento.

7.5. Caso haja alteração na legislação e/ou nas práticas contábeis aplicáveis à elaboração das demonstrações financeiras da Emissora que possa: (i) alterar as definições aqui estipuladas; e/ou (ii) o resultado do cálculo de tais definições e/ou dos Índices Financeiros, a Emissora deverá: (a) comunicar o Agente Fiduciário sobre a referida alteração no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data da publicação oficial da nova regra ou prática contábil aplicável; e (b) concomitantemente, sugerir ao Agente Fiduciário novos Índices Financeiros e/ou definições. Nessa hipótese, o Agente Fiduciário deverá convocar AGD de todas as Séries para discutir e deliberar sobre a proposta de alteração dos Índices Financeiros e/ou definições à luz das novas regras ou práticas contábeis, que deverá ser aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação.

7.6 A Emissora obriga-se a, tão logo tenha conhecimento de quaisquer dos eventos descritos na Cláusula 7.1 acima, comunicar na mesma data o Agente Fiduciário para que este tome as providências devidas. O descumprimento desse dever pela Emissora não impedirá o Agente

MP
15.1886

30

15



8

Fiduciário e/ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões previstos neste instrumento.

CLÁUSULA VIII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

8.1 Sem prejuízo das demais obrigações previstas nesta Escritura, a Emissora assume as obrigações a seguir mencionadas:

- (i) fornecer ao Agente Fiduciário, sempre que solicitado:
 - (a) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social ou na data de sua publicação, o que ocorrer primeiro, a cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo período encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes e acompanhadas de relatório demonstrando a apuração dos Índices Financeiros devidamente auditados pelos auditores independentes explicitando as rubricas necessárias à sua aprovação, sob pena de impossibilidade de acompanhamento dos respectivos Índices Financeiros pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários, bem como de declaração dos administradores da Emissora de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura;
 - (b) dentro de 10 (dez) Dias Úteis, qualquer informação que razoavelmente lhe venha a ser solicitada exclusivamente para o fim de proteção dos interesses dos Debenturistas, permitindo que o Agente Fiduciário (ou o auditor independente contratado pelo Agente Fiduciário às expensas da Emissora), através de seus representantes legalmente constituídos e previamente indicados, tenha acesso aos seus livros e registros contábeis, bem como a qualquer informação relevante para a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada;
 - (c) informações a respeito de qualquer dos eventos indicados na Cláusula 7.1 acima no prazo máximo de até 5 (cinco) Dias Úteis após a sua ocorrência;
 - (d) cópia de relatório de avaliação da Agência Classificadora de Risco da Emissora e/ou das Debêntures, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados de sua divulgação;
 - (e) informar e enviar todos os dados financeiros, atos societários e o organograma de seu grupo societário, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas, e as sociedades integrantes do bloco de controle da Emissora, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social, e prestar todas as informações necessárias à realização do relatório anual, conforme Instrução CVM nº 28/83, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais, se possível, deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do mesmo na CVM.

ROP
151886

31

[Assinatura]



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5562874 em 12/08/2015 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, Nire 31300036375 e protocolo 155406795 - 11/08/2015. Autenticação: 9EE4DFE2D0DD9696E92229FF632BD26868EF732. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/540.679-5 e o código de segurança hwr1 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/08/2015 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

[Assinatura]
MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 32/56

- (ii) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor independente registrado na CVM;
- (iii) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei nº 6.404/76, e com as regras emitidas pela CVM;
- (iv) proceder à adequada publicidade de suas informações econômico-financeiras, nos termos da Lei nº 6.404/76 e da regulamentação aplicável;
- (v) manter seu registro de companhia aberta perante a CVM durante a vigência das Debêntures, mantendo-o atualizado de acordo com a Instrução CVM nº 480/09;
- (vi) cumprir integralmente com as obrigações de envio à CVM de informações periódicas e eventuais e de divulgação e colocação de tais informações à disposição dos investidores nos termos da Instrução CVM nº 480/09;
- (vii) observar as disposições da Instrução CVM nº 358/02, em especial no tocante aos deveres de divulgação e o uso de informações sobre ato ou fato relevante, de divulgação de informações na negociação de valores mobiliários de emissão da Emissora;
- (viii) convocar, quando for o caso, nos termos da Cláusula X desta Escritura, AGD para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura, mas não o faça;
- (ix) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, se for o caso, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas por aquela autarquia e/ou pela CETIP;
- (x) notificar em até 1 (um) Dia Útil o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração nas condições (financeiras ou outras) ou nos negócios da Emissora que impossibilite ou dificulte, de forma relevante, o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura e das Debêntures;
- (xi) não praticar qualquer ato em desacordo com seu estatuto social e esta Escritura;
- (xii) comunicar ao Agente Fiduciário qualquer ocorrência que importe em modificação da destinação dos recursos, conforme a Cláusula 4.8.1 desta Escritura;
- (xiii) manter válidas e regulares as licenças, concessões ou aprovações necessárias ao regular funcionamento da Emissora, exceto no que se referir a licenças, concessões ou aprovações cuja perda, revogação ou cancelamento não possa resultar em Impacto Substancial e Adverso;
- (xiv) manter, e fazer com que as controladas mantenham, sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor, todas as licenças, concessões, autorizações, permissões e alvarás,

OGP
15.1886

32

[Assinatura]



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5562874 em 12/08/2015 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, Nire 31300036375 e protocolo 155406795 - 11/08/2015. Autenticação: 9EE4DFE2D0DD9696E92229FF632BD26868EF732. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/540.679-5 e o código de segurança hwr1 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/08/2015 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL

pág. 33/56

4

inclusive ambientais, aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;

- (xv) exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados de boa-fé pela Emissora na esfera judicial ou administrativa, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual, Distrital ou Municipal;
- (xvi) guardar, pelo prazo de 5 (cinco) anos contados da presente data, toda a documentação relativa à Emissão;
- (xvii) enquanto as Debêntures estiverem em circulação, não efetuar alteração no objeto social disposto no estatuto social da Emissora, que modifique as principais atividades atualmente por ela(s) praticadas;
- (xviii) contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo o Agente Fiduciário, a Agência Classificadora de Risco, o Banco Liquidante, o Escriturador e a CETIP;
- (xix) cumprir todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- (xx) notificar em até 5 (cinco) Dias Úteis os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas;
- (xxi) informar em até 1 (um) Dia Útil, por escrito, o Agente Fiduciário detalhes de qualquer violação relativa às Obrigações Anticorrupção (conforme definido abaixo) que eventualmente venha a ocorrer pela Emissora e/ou por seus respectivos Representantes;
- (xxii) (a) cumprir e fazer com que as controladoras, controladas ou coligadas e seus funcionários cumpram as normas aplicáveis que versam sobre atos de corrupção e atos lesivos contra a administração pública, na forma da Lei Anticorrupção, (b) manter políticas e procedimentos internos que asseguram integral cumprimento de tais normas; (c) dar pleno conhecimento de tais normas a todos os profissionais que venham a se relacionar com a Emissora, previamente ao início de sua atuação no âmbito desta Escritura; (d) abster-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional e estrangeira, no seu interesse ou para seu benefício, exclusivo ou não; (e) caso tenha conhecimento de qualquer ato ou fato que viole aludidas normas, comunicará prontamente ao Agente Fiduciário, que poderá tomar todas as providências que entender necessárias; e (f) realizará eventuais pagamentos devidos no âmbito deste instrumento exclusivamente por meio de transferência bancária; e
- (xxiii) contratar e manter contratada, às suas expensas, pelo menos uma agência de classificação de risco, a ser escolhida entre a Standard & Poor's, a Fitch Ratings ou a Moody's, para realizar a classificação de risco (*rating*) das Debêntures, devendo, ainda, com relação a pelo menos uma agência de classificação de risco: (a) atualizar a classificação de risco (*rating*) das Debêntures anualmente, tendo como base a data de emissão do primeiro

33
15.1886

4



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5562874 em 12/08/2015 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, Nire 31300036375 e protocolo 155406795 - 11/08/2015. Autenticação: 9EE4DFE2D0DD9696E92229FF632BD26868EF732. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/540.679-5 e o código de segurança hwr1 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/08/2015 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

relatório, até a Data de Vencimento das Debêntures; (b) divulgar ou permitir que a agência de classificação de risco divulgue amplamente ao mercado os relatórios com as súmulas das classificações de risco; (c) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco preparados pela agência de classificação de risco no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de seu recebimento pela Companhia; e (d) comunicar, na mesma data, ao Agente Fiduciário qualquer alteração e o início de qualquer processo de revisão da classificação de risco; observado que, caso a agência de classificação de risco contratada cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo, esteja ou seja impedida de emitir a classificação de risco das Debêntures, a Companhia deverá: (i) contratar outra agência de classificação de risco sem necessidade de aprovação dos Debenturistas, bastando notificar o Agente Fiduciário, desde que tal agência de classificação de risco seja a Standard & Poor's, a Fitch Ratings ou a Moody's; ou (ii) notificar o Agente Fiduciário e convocar assembleia geral de Debenturistas para que estes definam a agência de classificação de risco substituta.

8.1.1. A Emissora obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente CETIP sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados por atuação do Agente Fiduciário.

CLÁUSULA IX AGENTE FIDUCIÁRIO


9.1. Nomeação

9.1.1. A Emissora constitui e nomeia Agente Fiduciário da Emissão a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, qualificado no preâmbulo desta Escritura, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a comunhão dos Debenturistas.

9.2. Declaração

9.2.1. O Agente Fiduciário dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

- (i) não ter qualquer impedimento legal, nos termos do artigo 66, parágrafo 3º, da Lei nº 6.404/76, e do artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83, para exercer a função que lhe é conferida;
- (ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (iii) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;


15.1886

34






- (v) estar ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- (vi) ser instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (vii) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (viii) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (ix) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (x) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (xi) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura baseado nas informações prestadas pela Emissora, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das declarações ora apresentadas; e
- (xii) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura tem poderes bastantes para tanto.

9.3. Substituição

9.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia justificada e feita em virtude de disposição de lei ou desta Escritura, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, a AGD para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a escolha, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo Agente Fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 9.3.6 abaixo.

9.3.2. Na hipótese de não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, o Agente Fiduciário deverá comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, mediante convocação de AGD, solicitando sua substituição.

9.3.3. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento da Oferta, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em AGD especialmente convocada para esse fim.

 35
15.1886





4

9.3.4. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário: (i) fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM nº 28/83; e (ii) deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, devendo o mesmo ser arquivado na JUCEMG.

9.3.5. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a integral quitação das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

9.3.6. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá proporcionalmente ao período a ser transcorrido até integral quitação das Debêntures ou até sua efetiva substituição, a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função com agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela AGD.

9.3.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, baixados por ato(s) da CVM.

9.4. Deveres

9.4.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- (b) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- (c) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (d) custear: (a) todas as despesas decorrentes da execução dos seus serviços, incluindo todos os tributos, municipais, estaduais, distritais e federais, presentes ou futuros, devidos em decorrência da execução dos seus serviços; e (b) todos os encargos cíveis, trabalhistas e/ou previdenciários;
- (e) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (f) verificar no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as possíveis omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

15.1886

36

4



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5562874 em 12/08/2015 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, Nire 31300036375 e protocolo 155406795 - 11/08/2015. Autenticação: 9EE4DFE2D0DD9696E92229FF632BD26868EF732. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/540.679-5 e o código de segurança hwr1 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/08/2015 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 37/56

- (g) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora;
- (h) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades, de que venha a ter conhecimento, constantes de tais informações;
- (i) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (j) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;
- (k) solicitar, quando considerar necessário e de forma justificada, auditoria extraordinária na Emissora, às expensas desta;
- (l) convocar, quando necessário, AGD, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos nesta Escritura, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei nº 6.404/76 e desta Escritura;
- (m) comparecer às AGD a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (n) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
- (i) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigação prestação de informações pela Emissora;
 - (ii) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (iii) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
 - (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (v) amortização do Valor Nominal, pagamento e repactuação, se for o caso, de Juros Remuneratórios das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;

15.1886

37



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5562874 em 12/08/2015 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, Nire 31300036375 e protocolo 155406795 - 11/08/2015. Autenticação: 9EE4DFE2D0DD9696E92229FF632BD26868EF732. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/540.679-5 e o código de segurança hwr1 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/08/2015 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL

pág. 38/56

Ø

- (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (vii) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (viii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura, inclusive quanto à ocorrência dos eventos previstos nos itens da Cláusula 7.1 acima, de acordo com as informações prestadas pela Emissora;
 - (ix) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
 - (x) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela Emissora ou por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM nº 28/83.
- (o) disponibilizar o relatório de que trata a alínea (n) acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- (i) na sede da Emissora;
 - (ii) no seu escritório;
 - (iii) na CVM;
 - (iv) na CETIP; e
 - (v) na sede do Coordenador líder.
- (p) publicar, em conjunto com a Emissora, nos órgãos da imprensa referidos na Cláusula 5.7 acima, às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere a alínea (n) acima se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea (o) acima;
- (q) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, à CETIP e ao Escriturador, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora e os Debenturistas, assim que subscrever, integralizar ou adquirir as Debêntures expressamente autorizam, desde já, o Escriturador e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debenturistas e seus respectivos titulares;
- (r) coordenar o resgate parcial das Debêntures de acordo com o previsto nesta Escritura;

38

RGF
JS 1886

✱



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5562874 em 12/08/2015 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, Nire 31300036375 e protocolo 155406795 - 11/08/2015. Autenticação: 9EE4DFE2D0DD9696E92229FF632BD26868EF732. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/540.679-5 e o código de segurança hwr1 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/08/2015 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL

pág. 39/56

- X
- (s) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
 - (t) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de até 5 (cinco) Dias Úteis da data em que o Agente Fiduciário tomou conhecimento de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de qualquer das obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que a notificação discriminará as providências judiciais e/ou extrajudiciais que o Agente Fiduciário tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunhão de Debenturistas. Comunicação de igual teor deve ser enviada:
 - (i) à CVM; e
 - (ii) à CETIP;
 - (u) acompanhar a ocorrência dos eventos previstos na Cláusula VII acima;
 - (v) disponibilizar aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado em sua central de atendimento e/ou em sua página na rede mundial de computadores (<http://www.pentagonotrustee.com.br>) o cálculo da Remuneração das Debêntures, a ser calculado pela Emissora em conjunto com o Agente Fiduciário; e
 - (w) acompanhar com o Banco Liquidante de Emissão e Escriturador, em cada Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios, o integral e pontual pagamento dos valores devidos pela Emissora aos Debenturistas, nos termos desta Escritura.

9.5. Atribuições Específicas

9.5.1. O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:

- (i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar o saldo do Valor Nominal, acrescido dos Juros Remuneratórios correspondentes e demais encargos devidos nas condições especificadas;
- (ii) requerer a falência da Emissora;
- (iii) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (iv) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial ou liquidação extrajudicial da Emissora.

9.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (i) a (iii) da Cláusula 9.5.1 acima, se, convocada a AGD, esta ratificar a decisão do Agente Fiduciário, por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação,

39
151886



4

bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea (iv) da Cláusula 9.5.1 acima.

9.6. Remuneração do Agente Fiduciário

9.6.1. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, a seguinte remuneração: parcelas anuais de R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), sendo o primeiro pagamento devido no 5º (quinto) Dia Útil após data de assinatura desta Escritura e as seguintes no mesmo Dia Útil do ano subsequente.

9.6.2. As parcelas citadas na Cláusula 9.6.1 acima serão reajustadas pela variação acumulada do IGP-M, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário.

9.6.3. A remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

9.6.4. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

9.6.5. As parcelas citadas nas Cláusulas acima, serão acrescidas dos seguintes tributos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

9.6.6. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá devolver à Emissora a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição.

9.7. Despesas

9.7.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, sendo que todas as despesas deverão ser previamente comprovadas e autorizadas pela Emissora, sempre que possível, despesas estas que compreenderão: publicações em geral, notificações, extração de certidões, viagens, alimentação, fotocópias, digitalizações, envio de documentos, despesas com *conference calls* e contatos telefônicos, transportes e estadias, com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal aos Debenturistas.

9.7.2. Todas as despesas decorrentes de procedimentos legais, inclusive as administrativas, em

40

RGF
/S. 1886

Handwritten signature



X

que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, sempre que possível, e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas correspondem a depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. Os honorários de sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

9.7.3. O Agente Fiduciário fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter tais despesas reembolsadas caso não tenham sido previamente aprovadas e realizadas em discordância com: (i) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero; e (ii) a função fiduciária que lhe é inerente.

9.7.3. O ressarcimento a que se refere a Cláusula 9.7.1 acima será efetuado em 10 (dez) Dias Úteis, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

9.8. Cumprimento do artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM nº 28/83

9.8.1. Na data de assinatura da presente Escritura, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário na: 7ª (sétima) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Emissora ("7ª Emissão da Emissora"), com vencimento em 15 de abril de 2019, para as 13.000 (treze mil) debêntures da primeira série e em 15 de abril de 2021 para as 12.000 (doze mil) debêntures da segunda série, totalizando 25.000 (vinte e cinco mil) debêntures na data de emissão, no valor de R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate, amortização, repactuação, conversão, inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 7ª Emissão da Emissora não possuem garantias, conforme previsto na escritura de emissão.

CLÁUSULA X ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

À AGD da 1ª Série e à AGD da 2ª Série (todas em conjuntos referidas simplesmente com AGD) aplicar-se-á o disposto no artigo 71 da Lei nº 6.404/76.

10.1. Convocação

10.1.1. Os Debenturistas de cada uma das séries poderão, a qualquer tempo, reunir-se em AGD, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas da respectiva série, sendo que deverá ser realizada uma AGD comum às duas Séries para os temas que de interesse a ambas as séries.

10.1.2. A AGD de cada Série pode ser convocada: (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) pelos Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em

41

OGP
15.1886

X



Ø

Circulação de cada Série; ou (iv) pela CVM. Para deliberações em AGD das quais deverão participar os Debenturistas da 1ª Série e os Debenturistas da 2ª Série, nos termos desta Escritura e da regulamentação aplicável, a convocação poderá ser feita: (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação; ou (iv) pela CVM.

10.1.3. A convocação das AGD de cada Série se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes no jornal de grande circulação utilizado pela Emissora para a divulgação de seus atos, conforme previsto nesta Escritura, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei nº 6.404/76, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

10.1.4. Qualquer AGD deverá ser realizada em prazo mínimo de 15 (quinze) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. Qualquer AGD em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da AGD em primeira convocação.

10.1.5. Serão consideradas regulares as AGD de cada série a que comparecerem os Debenturistas titulares de todas as Debêntures em Circulação da série, independentemente de publicações e/ou avisos.

10.2. Quorum de Instalação

10.2.1. A AGD de cada Série se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas de cada Série que representem a metade, no mínimo, das Debêntures da respectiva Série em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer quorum, sendo que em caso de AGD comum às duas séries, para fins de cálculo de quorum de instalação será considerada a totalidade das Debêntures em Circulação, independentemente da série a que pertença.

10.3. Mesa Diretora

10.3.1. A presidência da AGD de cada Série caberá ao eleito pelos titulares das Debêntures de cada Série ou àquele que for designado pela CVM.

10.4. Quorum de Deliberação

10.4.1. Nas deliberações da AGD, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não.

10.4.2. Exceto pelo disposto na Cláusula 10.4.2.1, todas as deliberações a serem tomadas em AGD dependerão de aprovação de Debenturistas representando, mais de 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação.

10.4.2.1. Não estão incluídos no quorum mencionados na Cláusula 10.4.2 acima:

- (i) quoruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura;

42

15.1886

✱



4

(ii) alterações às regras relacionadas às AGD previstas nesta Escritura, que dependerão da aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, seja em primeira convocação ou em qualquer convocação subsequente, e deverão ser aprovadas pela Emissora; e

(iii) as alterações relativas a: (a) Remuneração das Debêntures; (b) prazo de vencimento das Debêntures; (c) eventos de inadimplemento das Debêntures listados na Cláusula 7.1 acima, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário; (d) alteração de quoruns previstos nesta Escritura; (e) criação de eventos de repactuação; e (f) alteração do resgate antecipado e amortização antecipada e extraordinária deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação ou em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas representando, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação, sendo que as alterações relativas ao item (a) serão deliberadas somente pela série objeto da modificação.

10.4.3. As deliberações tomadas pelos Debenturistas de cada Série, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação da respectiva Série, independentemente de terem comparecido à AGD da Série ou do voto proferido na respectiva AGD.

10.5. Outras disposições Relativas à AGD

10.5.1. Será obrigatória a presença dos representantes legais da Emissora nas AGD convocadas pela Emissora, enquanto que nas assembleias convocadas pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, a presença dos representantes legais da Emissora será facultativa, a não ser quando ela seja solicitada pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, conforme o caso, hipótese em que será obrigatória.

10.5.2. O Agente Fiduciário deverá comparecer a todas as AGD e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

10.5.3. Aplicar-se-á às AGD, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76 sobre a assembleia geral de acionistas e na Instrução CVM nº 481/09, inclusive para fins de representação.

CLÁUSULA XI DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

11.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (i) é sociedade por ações devidamente constituída com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (ii) está devidamente registrada como companhia aberta, categoria "A", perante a CVM, estando em dia com todas as obrigações aplicáveis às companhias abertas nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis;

43
AGP
15.1886

A



- 8
- (iii) a versão 4.0 do ano de 2015 do Formulário de Referência da Emissora, elaborado nos termos da Instrução CVM nº 480/09, está atualizado e todas as informações nele contidas atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480/09, em especial aos artigos 14 a 19, e o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Emissora e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos;
 - (iv) todas as informações fornecidas pela Emissora no âmbito da Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes para os investidores, que permitem aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
 - (v) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir todas as obrigações previstas nesta Escritura, tendo, então, sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
 - (vi) os representantes legais da Emissora que assinam esta Escritura tem plenos poderes estatutários para representar a Emissora na assunção das obrigações dispostas nesta Escritura;
 - (vii) a celebração desta Escritura, bem como o cumprimento das obrigações previstas nela, não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem resultarão em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; ou (b) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
 - (viii) as obrigações assumidas nesta Escritura constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil;
 - (ix) vem cumprindo e cumprirá a legislação ambiental federal, estadual e municipal nos aspectos relevantes para o exercício de suas atividades;
 - (x) tem todas as autorizações (societárias e regulatórias) exigidas pelas autoridades federais, estaduais, distritais e municipais para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas;
 - (xi) está cumprindo leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
 - (xii) as demonstrações financeiras da Emissora representam corretamente sua posição financeira nas datas a que se referem e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis aceitos no Brasil;
 - (xiii) não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar Impacto Substancial e Adverso;



X

- (xiv) manterá em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para assegurar à Emissora a manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento;
- (xv) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações necessárias para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora, tendo sido disponibilizadas, informações sobre as transações relevantes da Emissora, bem como sobre os direitos e obrigações delas decorrentes;
- (xvi) não omitiu ou omitirá nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em Impacto Substancial e Adverso em prejuízo dos Debenturistas;
- (xvii) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções em relação a esta Escritura e não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei nº 6.404/76 e demais normas aplicáveis;
- (xviii) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura;
- (xix) até a presente data, nem a Emissora e nem seus respectivos diretores, membros de conselho de administração, bem como quaisquer terceiros, incluindo assessores ou prestadores de serviço agindo em benefício de tais sociedades incorreram nas seguintes hipóteses, tendo ciência de que a sua prática é vedada para a Emissora e seus respectivos Representantes: (i) ter utilizado ou utilizar recursos da Emissora para o pagamento de contribuições, presentes ou atividades de entretenimento ilegais ou qualquer outra despesa ilegal relativa a atividade política; (ii) fazer ou ter feito qualquer pagamento ilegal, direto ou indireto, a empregados ou funcionários públicos, partidos políticos, políticos ou candidatos políticos (incluindo seus familiares), nacionais ou estrangeiros; (iii) ter realizado ou realizar ação destinada a facilitar uma oferta, pagamento ou promessa ilegal de pagar, bem como ter aprovado ou aprovar o pagamento, a doação de dinheiro, propriedade, presente ou qualquer outro bem de valor, direta ou indiretamente, para qualquer "oficial do governo" (incluindo qualquer oficial ou funcionário de um governo ou de entidade de propriedade ou controlada por um governo ou organização pública internacional ou qualquer pessoa agindo na função de representante do governo ou candidato de partido político) a fim de influenciar qualquer ação política ou obter uma vantagem indevida com violação da lei aplicável; (iv) praticar ou ter praticado quaisquer atos para obter ou manter qualquer negócio, transação ou vantagem comercial indevida; (v) ter realizado ou realizar qualquer pagamento ou tomar qualquer ação que viole qualquer lei ou regulamento, nacional ou estrangeiro, contra prática de corrupção ou atos lesivos à administração pública, incluindo, sem limitação, a Lei Anticorrupção, e a *U.S. Foreign Corrupt Practices Act of 1977*, conforme aplicável; (vi) ter realizado ou realizar um ato de corrupção, pago propina ou qualquer outro valor ilegal, bem como influenciar o pagamento de qualquer valor indevido. A Emissora declara e garante o pleno conhecimento das leis anticorrupção a todos os profissionais que venham a se relacionar com a Emissora, previamente ao início de sua atuação no âmbito deste documento;

45
15.1886

X



- 4
- (xx) tem conduzido seus negócios em conformidade com a legislação anticorrupção aplicável a qual pode estar sujeita, bem como tem instituído e mantido e, ainda, se obriga a continuar a manter políticas e procedimentos elaborados para garantir a contínua conformidade com referidas normas e por meio do compromisso e da garantia ora assumidos (conjuntamente denominadas "Obrigações Anticorrupção");
- (xxi) dá pleno conhecimento das Obrigações Anticorrupção a todos os profissionais que venham a se relacionar com a Emissora, previamente ao início de sua atuação no âmbito desta Escritura; e
- (xxii) está em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial.

CLÁUSULA XII DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Comunicações

12.1.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

(i) para a Emissora:

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS – COPASA MG

Rua Mar de Espanha, nº 525, Santo Antônio

CEP 30330-270, Belo Horizonte/MG

At.: Sr. Edson Machado Monteiro

Telefone: (31) 3250-2015

Fax: (31) 3250-1664

Correio Eletrônico: dfi@copasa.com.br

(ii) para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, nº 4200, Bloco 8, Ala B, Salas 303 e 304

CEP 22640-102, Rio de Janeiro/RJ

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Telefone: (21) 3385-4565

Fac-símile: (21) 3385-4046

Correio Eletrônico: operacional@pentagonotrustee.com.br

(iii) para o Banco Liquidante e Escriturador:

BANCO BRADESCO S.A.

Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara

Osasco/SP, CEP: 06029-900

At.: Srs. João Batista de Souza / Fabio da Cruz Tomo

46



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5562874 em 12/08/2015 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, Nire 31300036375 e protocolo 155406795 - 11/08/2015. Autenticação: 9EE4DFE2D0DD9696E92229FF632BD26868EF732. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/540.679-5 e o código de segurança hwr1 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/08/2015 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 47/56

Telefone: (11) 3684-7911 / 3684-2852

Fac-símile: (11) 3684-5645

Correio Eletrônico: 4010.jbsouza@bradesco.com.br / 4010.custodiarf@bradesco.com.br / 4010.tomo@bradesco.com.br

(iv) para a CETIP:

CETIP S.A. – Mercados Organizados

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar

Jardim Paulistano, São Paulo/SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Fac-símile: (11) 3111-1564

Correio Eletrônico: valores.mobiliarios@cetip.com.br

12.1.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, por fax ou por correio eletrônico nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os originais dos documentos enviados por fac-símile ou correio eletrônico deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

12.2. Renúncia


12.2.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura, desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba a quaisquer das Partes em razão de qualquer inadimplemento da outra Parte prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.3. Despesas

12.3.1. A Emissora arcará, direta ou indiretamente, com todos os custos relativos à Emissão e à Oferta, incluindo sem limitação, despesas com a contratação de Agente Fiduciário, assessores legais, Banco Liquidante e Escriturador, Agência Classificadora de Risco, agência de publicidade, e demais prestadores de serviços necessários para a realização da Emissão, além de registros de documentos, que sejam expressamente aprovados pela Emissora.

12.4. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica

12.4.1. Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 461, 632


151886

47





Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5562874 em 12/08/2015 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, Nire 31300036375 e protocolo 155406795 - 11/08/2015. Autenticação: 9EE4DFE2D0DD9696E92229FF632BD26868EF732. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/540.679-5 e o código de segurança hwr1 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/08/2015 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 48/56

e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

12.5. Disposições Gerais

12.5.1. Esta Escritura é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.

12.5.2. A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura, as partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

12.5.3 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM nº 28/8 e dos artigos aplicáveis da Lei nº 6.404/76, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

12.5.4 Sem prejuízo do dever de diligência, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, cuja elaboração permanecerá sob a obrigação legal e regulamentar da Emissora, nos termos da legislação aplicável.

12.5.5 O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações desta Escritura e dos demais documentos da operação.

12.5.6 Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em AGD.

12.5.7. As Partes concordam que a presente Escritura de Emissão, assim como os demais documentos da Emissão poderão ser alterados, sem a necessidade de qualquer aprovação dos

48

MP
15.1886

[Assinatura]



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5562874 em 12/08/2015 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, Nire 31300036375 e protocolo 155406795 - 11/08/2015. Autenticação: 9EE4DFE2D0DD9696E92229FF632BD26868EF732. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/540.679-5 e o código de segurança hwr1 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/08/2015 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

[Assinatura]
MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 49/56

✓

Debenturistas, sempre que e somente: (i) quando verificado erro material, seja ele um erro grosseiro, de digitação ou aritmético; ou ainda (ii) em virtude da atualização dos dados cadastrais das Partes, tais como alteração na razão social, endereço e telefone, entre outros, desde que não haja qualquer custo ou despesa adicional para os Debenturistas.

12.5.8. Esta Escritura será regida e interpretada de acordo com as leis do Brasil.

12.6. Foro

12.6.1. Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de Minas Gerais, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Belo Horizonte, 04 de agosto de 2015.

*(Restante da página intencionalmente deixado em branco.
As assinaturas seguem nas páginas seguintes.)*



49



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5562874 em 12/08/2015 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, Nire 31300036375 e protocolo 155406795 - 11/08/2015. Autenticação: 9EE4DFE2D0DD9696E92229FF632BD26868EF732. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/540.679-5 e o código de segurança hwr1 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/08/2015 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 50/56

Página 1/3 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 9ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS – COPASA MG

Nome:

Cargo:

Sinara I. Meireles Chenna
Diretora-Presidente

Nome:

Cargo:

Edson Machado Monteiro
Diretor Financeiro e de
Relações com Investidores



Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de:
Sinara Inácio Meireles Chenna, Edson Machado
Monteiro

Belo Horizonte, 18/08/2015 16:00h Edson Machado Monteiro

Esc. R\$ 84 T.F.J: R\$ 2,50 Total: R\$ 110,50



50

15.18.86



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

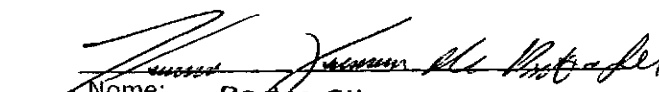
Certifico registro sob o nº 5562874 em 12/08/2015 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, Nire 31300036375 e protocolo 155406795 - 11/08/2015. Autenticação: 9EE4DFE2D0DD9696E92229FF632BD26868EF732. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/540.679-5 e o código de segurança hwr1 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/08/2015 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 51/56

Página 2/3 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 9ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG


PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS



Nome: **Pedro Silva**
Cargo: **Procurador**

 **Adilson Wagner Firmino** TABELIAO
Estrada dos Bandeirantes, 209 - Lajes C e D - Taquara - RJ - CEP 22710-570 - Tel.: (21) 2445-8785

Reconheço por **SEMELHANÇA** a(s) firma(s) de:
PEDRO HENRIQUE RIBEIRO DE OLIVEIRA DE BRITO E SILVA.....
Rio de Janeiro, 5 de agosto de 2015. Conf. por.....
Em testemunho..... da verdade

CTPS/78631 S/108RJ - ALBERTO MARQUES DOS SANTOS-ESCREVEITOR
AUTORIZADO
EBCU72837-RRL Consulte em "<http://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>"




15.1886

51





Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5562874 em 12/08/2015 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, Nire 31300036375 e protocolo 155406795 - 11/08/2015. Autenticação: 9EE4DFE2D0DD9696E92229FF632BD26868EF732. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/540.679-5 e o código de segurança hwr1 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/08/2015 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 52/56

4

Página 3/3 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 9ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG

TESTEMUNHAS:

Karolina Vangelotti
Nome:
RG:
CPF: Karolina G. Vangelotti
CPF: 146.517.111
RG: 13.003.899-5

Ronivânia de Fátima C. Souza
Nome: Ronivânia de Fátima C. Souza
RG: MG 10386545
CPF: 060453686-06

OSP
151886

52

X



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5562874 em 12/08/2015 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, Nire 31300036375 e protocolo 155406795 - 11/08/2015. Autenticação: 9EE4DFE2D0DD9696E92229FF632BD26868EF732. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/540.679-5 e o código de segurança hwr1 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/08/2015 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 53/56

8

ANEXO I

**MODELO DE DECLARAÇÃO DA EMISSORA ATESTANDO O CUMPRIMENTO DA
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS PREVISTA NO ITEM 4.8.1**

Minas Gerais, [●] de [●] de [●].

À

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 08, Ala B, Salas 303 e 304, Barra da Tijuca
22640-102, Rio de Janeiro, RJ

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Fazemos referência ao "Instrumento Particular de Escritura da 9ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Até Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG", celebrado em 04 de agosto de 2015, entre Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG, na qualidade de emissora e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de agente fiduciário e representante dos debenturistas ("Escritura de Emissão").

Os termos grafados em letra maiúscula, a menos que definidos de outra maneira neste instrumento, terão os significados estabelecidos na Escritura de Emissão.

Nos termos da Cláusula 4.8 da Escritura de Emissão, os representantes legais da Emissora declaram, neste ato, de forma irrevogável e irretratável que: (i) estão devidamente autorizados a emitir a presente declaração; e (ii) parte dos recursos obtidos por meio da Emissão de Debêntures foram destinados à realização do pagamento da seguinte dívida:

Empresa	Banco	Contrato	Valor da Dívida	Valor Pago
[●]	[●]	[●]	[●]	[●]

As declarações prestadas pela Emissora no âmbito da Escritura de Emissão permanecem integralmente válidas e verdadeiras na presente data. A Emissora declara, ainda, que não está em curso nenhum dos eventos de vencimento antecipado previstos na Escritura de Emissão.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS – COPASA MG

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

53

151886





Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5562874 em 12/08/2015 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, Nire 31300036375 e protocolo 155406795 - 11/08/2015. Autenticação: 9EE4DFE2D0DD9696E92229FF632BD26868EF732. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/540.679-5 e o código de segurança hwr1 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/08/2015 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 54/56



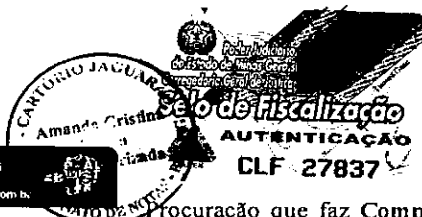
Cartório Jaguarão
2º Tabelionato de Notas
República Federativa do Brasil
Belo Horizonte - Estado de Minas Gerais



LIVRO - 1862P
PRIMEIRO TRASLADO

FOLHA - 006

2º TABELIONATO DE NOTAS DE BELO HORIZONTE / MG
TABELÃO - JOÃO CARLOS NUNES JÚNIOR
Rua da Bahia, 1000 - Centro - BH - (31) 3014-4600 - E-mail: cartorio@cartoriojaguarao.com.br



AUTENTICAÇÃO

Confere com o original apresentado, dou fé.
Belo Horizonte, 28/07/2015

EMCL.:R\$4,02 T.F.J.:R\$1,25 Total:R\$5,27

Procuração que faz Companhia de Saneamento de
Minas Gerais - Copasa MG

Saibam quantos este público instrumento virem que, do ano de nascimento de

Nosso Senhor Jesus Cristo, de dois mil e quinze (2015), aos 23 (vinte e três) dias do mês de julho nesta cidade de Belo Horizonte, Capital do Estado de Minas Gerais, República Federativa do Brasil, no 2º Tabelionato de Notas, situado na Rua da Bahia nº 1000, perante mim, Diógenes Régis Ferreira Fernandes, Escrevente Autorizado, compareceu como Outorgante: **Companhia de Saneamento de Minas Gerais - Copasa MG**, com sede na Rua Mar de Espanha, nº 525, 3º Andar, bairro Santo Antônio em Belo Horizonte, Minas Gerais, inscrita no CNPJ sob o nº. 17.281.106/0001-03, neste ato, por sua Diretora-Presidente Sinara Inácio Meireles Chenna, brasileira, casada, engenheira civil e sanitaria, CPF nº 596.478.926-91, Carteira de Identidade nº MG-3.762.439 SSP/MG e por seu Diretor de Gestão Corporativa Francisco Eduardo de Queiroz Cançado, brasileiro, casado, advogado, CPF nº 445.427.126-72, Carteira de Identidade nº MG-2.785.331 SSP/MG, residentes e domiciliados nesta Capital; os presentes reconhecidos e identificados como os próprios e de cuja capacidade jurídica dou fé, e por ela, através de seus representantes, me foi dito que nomeia e constitui seus bastantes procuradores: **Pedro Eustáquio Scapolatempore**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB-MG sob o nº. 35.323, CPF nº. 251.586.516-04, **Adlei Duarte de Carvalho**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB-MG sob o nº 72.958, CPF nº 764.776.146-34, **Alessandra Guimarães Rocha**, brasileira, casada, advogada, inscrito na OAB-MG sob o nº 90.498, CPF nº 038.521.516-94, **Celson Alencar Soares Teixeira**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB-MG, sob o nº 43.406, CPF nº 131.197.376-15, **Gusttavo Reis Aragão Rodrigues**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/MG sob o nº 72.567, CPF nº 773.597.716-68, todos com endereço comercial na Rua Mar de Espanha, 525, aos quais confere os poderes da cláusula "ad judicium" e "et extra" para o foro em geral e os especiais, para, em conjunto ou separadamente, representar a Outorgante perante todos os Juízos e Tribunais, nos processos em que a Outorgante compareça como autora, ré, assistente, oponente, denunciada à lide, nomeada à autoria ou chamada ao processo, podendo, os Outorgados, receber citações, notificações e intimações judiciais, renunciar, desistir, receber e dar quitação,

Rua da Bahia, 1000 - Centro - CEP 30160-011
PABX: (31) 3014-4600 - www.cartoriojaguarao.com.br
Tabelião Titular - João Carlos Nunes Júnior



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5562874 em 12/08/2015 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, Nire 31300036375 e protocolo 155406795 - 11/08/2015. Autenticação: 9EE4DFE2D0DD9696E92229FF632BD26868EF732. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/540.679-5 e o código de segurança hwr1 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/08/2015 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 55/56

firmar acordos e compromissos, recorrer, formular exceções, assinar carta de preposição, fazer levantamento de alvará judicial e/ou depósitos judiciais, propor, contestar, transigir, recorrer em ação rescisória, bem como agir na defesa de seus interesses perante repartições públicas e fazendárias federais, estaduais e municipais, inclusive da administração indireta, entidades paraestatais, agências executivas, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG, Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCEMG, podendo, também, interpor impugnação, manifestação de inconformidade e recurso perante a Receita Federal do Brasil (Secretaria da Receita Federal e Secretaria da Receita Previdenciária), consultar dados da Outorgante, inclusive os protegidos por sigilo fiscal referidos no artigo 3º da Portaria da Receita Federal do Brasil nº 1.860, de 11/10/2010, tirar cópias xerográficas de documentos, ter vistas e retirar processos com carga da Secretaria da Receita Federal, solicitar certidões, documentos e obter informações relativas à regularidade fiscal, dados e valores de débitos, créditos, dívidas e pendências diversas, relatório de restrições de tributos previdenciários, protocolizar documentos e requerer certidão negativa de débito, podendo, enfim, praticar todos os demais atos necessários ao desempenho deste mandato e ainda, substabelecer em parte ou no todo, mas com reserva, os poderes que lhes foram conferidos. Protocolo nº. 16353/2015. Valores referentes a esta Procuração: Emolumentos: R\$ 73.73 - RECOMPE R\$ 4.42; Taxa de Fisc. Judiciária: R\$ 24.56; Total: R\$ 102.71. Valores referentes a Arquivamento de: 0 folhas: Emolumentos: R\$ 0.00; Taxa de Fisc. Judiciária: R\$ 0.00; Total: R\$ 0.00. Assim disse e me pediu este instrumento, que lido e achado conforme, aceita e assina dispensada a presença de testemunhas, nos termos da Lei Federal nº. 6.952 de 06 de novembro de 1981, do que dou fé. Eu Diógenes Régis Ferreira Fernandes, Escrevente Autorizado, a escrevi. Dou fé. Eu, Mirian Bomfá Santos Alves, Tabeliã Substituta, a subscrevi. Sinara Inácio Meireles Chenna - Francisco Eduardo de Oliveira Cançado- TRASLADADA EM SEGUIDA.

Eu Diógenes Régis Ferreira Fernandes, tabelião, a subscrevo e assino em público e raso.

Em test. da verdade.

O TABELIÃO



PODER JUDICIÁRIO - TJMG	
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA	
Ofício do 2º Tabelião de Notas de Belo Horizonte	
Selo Eletrônico - Nº	AFG46065
Cód. Seg.	5596.9866.0980.8412
Quantidade de Atos Praticados	00001
Emol.: R\$ 73,15 (73,15) Valor Final: R\$ 102,71	
Consulte a validade deste Selo no site https://selos.trf4.jus.br/	



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5562874 em 12/08/2015 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, Nire 31300036375 e protocolo 155406795 - 11/08/2015. Autenticação: 9EE4DFE2D0DD9696E92229FF632BD26868EF732. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/540.679-5 e o código de segurança hwr1 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/08/2015 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL